



**SGD nº: 2023/31009/046828.**

**PARECER JURÍDICO nº. 97/2023/ASSEJUR/SSP/TO.**

**SGD DE ORIGEM Nº. 2023/31009/045186.**

**ASSUNTO:** Análise de Projeto de lei – Requerimento nº. 119/2023 - Deputado Estadual Professor Júnior Geo.

Trata-se do Ofício nº. 195-P, encaminhado pelo Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Estadual Amélio Cayres, relativo ao Requerimento nº. 119/2023, de autoria do Deputado Estadual Júnior Geo, com a proposta de edição de lei que autoriza o Poder Executivo a promover o pagamento de auxílio aluguel às mulheres vítimas de violência doméstica no âmbito do Estado do Tocantins.

É a síntese do necessário, passamos a opinar.

Preliminarmente, cumpre destacar que o Parecer adota por base, exclusivamente, os documentos encaminhados para análise, incumbindo a esta Assessoria Jurídica prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não nos competindo adentrar na seara da conveniência e da oportunidade dos atos praticados no âmbito estadual, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnicos da proposta colocada para análise.

O projeto de lei trata de autorização ao Poder Executivo a promover o pagamento de auxílio aluguel às mulheres vítimas de violência doméstica no âmbito do Estado do Tocantins.

Cabe destacar que em relação à política de fortalecimento e criação de mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, temos a Lei Federal nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha. Esta lei representa um marco para o Brasil, e para a sociedade brasileira na defesa dos direitos das mulheres.

A Lei Maria da Penha explicita que todas as mulheres devem ter seus direitos fundamentais à pessoa humana respeitados, “sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social”.

Segundo a legislação, o poder público deve desenvolver políticas que visem “garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de





resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

As condições necessárias para que os direitos das mulheres vítimas de violência sejam exercidos de forma plena, devem ser garantidos em conjunto pelo poder público, sociedade e família. Deste modo, é de extrema importância políticas públicas de apoio à mulher vítima de violência doméstica, pois desta forma o Estado está cumprindo seu dever constitucional de assegurar assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito das relações familiares.

Em relação à proposta para a edição da referida lei, cabe destacar inicialmente que no preâmbulo, a proposta constitui como sendo uma lei meramente autorizativa do Poder Legislativo ao Poder Executivo para realização de pagamento de auxílio. Porém, no art. 1º (do referido Projeto) determina a criação do auxílio. Vejamos:

***Autoriza** o Poder Executivo a promover o pagamento de auxílio aluguel às mulheres vítimas de violência doméstica no âmbito do Estado do Tocantins.*

*Art. 1º. O Governo do Estado do Tocantins, no uso das suas atribuições, **cria** o aluguel social às mulheres vítimas de violência doméstica no estado do Tocantins. (g.n).*

Como se verifica do texto acima, existe uma inconsistência nas nomenclaturas dispostas na lei, gerando um entendimento dúplice sobre objeto, se será a autorização ou a criação. Cabe destacar, que a palavra AUTORIZAR de acordo com o dicionário significa: Conceder licença para algo; Conferir autoridade; Apoiar com a própria autoridade; Justificar; aprovar. Deste modo, o poder legislativo teria que ser competente para autorizar o poder executivo.

De outro modo, a palavra CRIAR significa: Dar existência a; Dar o ser a; Gerar; produzir; Originar; Educar; Inventar; Fomentar; estabelecer; interpretar. Sendo assim, a criação seria de competência do poder executivo.

De acordo com a normativa constitucional brasileira, existem na legislação federal e estadual a separação dos poderes, no qual determina competências privativas do poder legislativo e executivo para tratar sobre determinados assuntos/matérias, e o texto do projeto de lei, da forma como encontra-se escrito/redigido, não delimita de maneira clara, se será uma autorização do poder legislativo ou uma criação do poder executivo, não havendo como





esclarecer a formalidade (ficando prejudicado neste item a análise) sobre a constitucionalidade e inconstitucionalidade da iniciativa do projeto de lei.

Caso o preâmbulo seja considerado como ponto maior da lei, não se vislumbra qualquer tipo de ingerência de um Poder na competência do outro (Poder Legislativo x Poder Executivo), eis que o Poder Legislativo não ordenou ao Poder Executivo que este crie o aluguel social; pelo contrário, apenas o autoriza a sua criação, sendo plenamente viável o projeto, pois o poder executivo, de acordo com estudos e previsão na lei orçamentária, poderá verificar a viabilidade do pagamento do auxílio.

Cabe destacar, que no projeto da lei não consta descrição sobre a disponibilização prévia de dotação orçamentária, fato este de extrema necessidade para que o Executivo decida se procede ou não à iniciativa pretendida, uma vez que o poder executivo não pode simplesmente criar uma despesa para os cofres do Estado sem estimativa de impacto financeiro e sem sua respectiva fonte de custeio.

Sendo assim, antes de sua aprovação, faz-se necessário atender, respectivamente, as disposições do art. 167, inciso I, da Constituição Federal de 1988, e o art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000), que veda o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual e ainda determina que a proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro. Cito:

**CF/88: Art. 167. São vedados:**

*I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual; (...).*

**LC 101/2000: Art. 16.** *A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:*

*I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;*

*II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias. (...)*

Destarte, cumpre ressaltar, que não se mostra inconstitucional qualquer tipo de projeto de lei dito autorizativo, já que estes gozam de apoio doutrinário, jurídico e legal no sentido de que a iniciativa do Legislativo, nesses casos, não configura ingerência em matérias de atribuição do Executivo, mas sim, prova da colaboração real entre Poderes autônomos e harmônicos, que podem e devem alertar-se mutuamente sobre a necessidade da prática de certos atos.





Deste modo, o projeto de lei encontra-se em consonância com a legislação federal, bem como com os objetivos dos direitos humanos e fundamentais em face das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

No entanto, quando se declara a criação do referido aluguel no artigo 1º do referido projeto, sem mencionar a expressão autorização, foge da competência do Poder Legislativo, pois os projetos que impliquem na criação ou aumento de despesas públicas, devem ter a indicação dos recursos orçamentários para a sua manutenção. Ademais, há de se destacar que quem administra e executa o orçamento é o Poder Executivo, assim sendo, violaria o princípio da separação dos poderes, pois interfere na gestão administrativa e encontra óbice na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Cabe ainda destacar, as disposições do art. 7º, do projeto de lei, uma vez que este dispõe que as despesas com a execução da sua execução correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementares se necessário. Porém, o Estado precisa de tida uma programação para aplicação e execução do orçamento estadual. Assim, entendemos que deve ser realizada uma análise quanto ao ponto citado acima.

Em relação ao tema proposto para a edição da lei, apesar de inspirado por boa e nobre intenção de atingir bons objetivos e garantir a dignidade às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, antes da aprovação da referida lei, **deverá ser observado os seguintes pontos silentes no projeto:**

1. se o benefício será temporário/ qual o prazo que a mulher poderá usufruir do benefício;
2. se serão para quaisquer vítimas de violência domésticas ou só aquelas com medidas protetivas estabelecidas pela justiça;
3. a criação de despesas deve indicar os recursos e a dotação orçamentária; qual o valor do benefício.

Em face dos argumentos supramencionados, entendemos que em relação à matéria tratada no projeto de lei, esta é plenamente constitucional, porém, com a falta de clareza nas palavras descritas no preâmbulo e no art. 1º (do projeto), resta inviabilizada a análise sobre a constitucionalidade formal da iniciativa da lei.

Por fim, em face dos argumentos e razões supramencionados, entendemos pela constitucionalidade material da lei, todavia antes de sua aprovação, faz-se necessário atender, respectivamente, as disposições do art. 167, inciso I, da Constituição Federal de 1988, e o art.





16 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000), que veda o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual e ainda determina que a proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro.

É o Parecer, *s.m.j.*

**CHEFIA DA ASSESSORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA – SSP/TO,**  
Palmas - TO, aos 20 dias do mês de Abril de 2023.

*(Assinatura Digital)*  
**Joara Jane Miranda da Silva**  
Matrícula 1126849-5

